

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**MESTRADO EM DIREITO**

**O INTERESSE NACIONAL NA REGULAÇÃO DOS INVESTIMENTOS  
ESTRANGEIROS: O PAPEL DO ESTADO NA CONCILIAÇÃO ENTRE A NOVA  
ECONOMIA E A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA**

**Mestrando: Marcelo Borges Rodrigues**  
**Orientador: Prof. Dr. Fabio Costa Morosini**

Porto Alegre

2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**O INTERESSE NACIONAL NA REGULAÇÃO DOS INVESTIMENTOS  
ESTRANGEIROS: O PAPEL DO ESTADO NA CONCILIAÇÃO ENTRE A NOVA  
ECONOMIA E A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Mestrando: Marcelo Borges Rodrigues**  
**Orientador: Prof. Dr. Fabio Costa Morosini**

Porto Alegre  
2017

Marcelo Borges Rodrigues

**O INTERESSE NACIONAL NA REGULAÇÃO DOS INVESTIMENTOS  
ESTRANGEIROS: O PAPEL DO ESTADO NA CONCILIAÇÃO ENTRE A NOVA  
ECONOMIA E A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada como  
requisito parcial para obtenção do grau de Mestre  
em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em  
Direito da Faculdade de Direito da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul.

Banca Examinadora

Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Prof. Dr. Fabio Costa Morosini

---

---

---

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Sergio e Rosane, e ao meu irmão, Ramiro, que me acompanham e apoiam meus passos desde o início.

Aos professores e colegas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que contribuíram enormemente para o meu aprendizado, em especial ao professor Fabio Costa Morosini, pela orientação contributiva e democrática. E estendo esse reconhecimento a todos os colegas e professores de outras jornadas.

Especialmente, agradeço à Rebeca pelo seu apoio dedicado, que soube entender as ausências necessárias e que me acompanhou tão amorosamente nessa jornada.

## RESUMO

As inovações tecnológicas em um mundo globalizado estão alterando o papel do Estado e as relações sociais. As relações jurídicas brasileiras também sofrem consequências de uma economia cada vez mais internacional. De outra banda, toda regulação econômica do Brasil deve observar a Constituição Federal. A Constituição brasileira possui diversos princípios, trabalha com conceitos que devem ser interpretados em seus contextos e mirando os objetivos constitucionais. Não há na Constituição palavras inúteis e a alteração promovida pela Emenda Constitucional n.º 85/2015 busca harmonizar a regulação com a nova economia baseada na inovação que mitiga a importância das distâncias geográficas na economia global e respeita as liberdades individuais. De todos os temas da economia internacional o que mais estressa a relação entre Estado e empresas é o investimento estrangeiro, cuja escala tem exigido novas respostas regulatórias. O Brasil determina que toda a regulação dos investimentos estrangeiros seja disciplinada com base no interesse nacional, de modo que este conceito precisa ser definido juridicamente.

O presente trabalho tem por objetivo estudar a estrutura regulatória do Estado brasileiro, o que é essa nova economia, a relação desta com a regulação estatal, a regulação dos investimentos estrangeiros, para que ao final, consigamos propor um conceito de interesse nacional que deve nortear as leis que disciplinam o investimento estrangeiro no Brasil, com um recorte especial para esse contexto da nova economia que surge com mudanças bastante significativas comparadas a outras eras econômicas. Nesse contexto, entendemos que o interesse nacional deve ser identificado da seguinte forma: observados os princípios da administração pública, os princípios que regem as relações internacionais, os princípios da ordem econômica, e o dever de fomentar a inovação inclusive nas empresas, e respeitando as liberdades individuais garantidas constitucionalmente e os respectivos deveres, interesse nacional é a soma dos interesses dos nacionais nas suas buscas individuais ao desenvolvimento econômico e à vida digna, em uma sociedade livre, justa e solidária, visando erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades, promovendo o bem de todos sem nenhuma forma de discriminação.

Palavras-chave: Brasil - Constituição – Interesse Nacional – Inovação – Investimentos Estrangeiros – Nova Economia

## ABSTRACT

Technological innovations in globalized world have been changing State role and social relations. Brazilian legal relations have been suffering consequences from an each time more international economy. In other perspective, every Brazilian economic regulation must observe it's Federal Constitution. Brazilian Constitution have many principles and works with concepts that shall be interpret within contexts and aiming constitutionals goals. There are no useless word in Constitutional text, and Constitutional Amendment n. ° 85/2015 pursuit harmonizing the innovation based new economy that mitigate geographical distances relevance in global economy and respect individual liberties. From all international economy subjects, the one that most stress State-companies relations its foreign investment, what has been requiring new regulatory answers. Brazil set that all foreign investment regulation shall be based under national interest, requiring this concept definition.

This text aims research regulatory structure of Brazilian administration, what is this new economy, this new economy relation with public regulation, foreign investment regulation, so that, at the end, it can be settle national interest concept that shall guide foreign investment regulation in Brazil in an new economy context that upraised significant changes comparing to other economic eras. In this context, we understand that national interest shall be identified as: observed public administration principles, international relations principles, economic order principles and the legal duty to promote innovation (also in companies), and observing individual liberties constitutionally guaranteed and its counterparties duties, national interest is the sum of interests of national citizens in theirs individual pursuits of economic development, dignity in life, in a fair, solidarity and free society, seeking to end poverty and reduce inequalities, promoting the well being for all without any form of discrimination.

Key-words: Brazil - Constitution – National Interest – Innovation – Intervention – Foreign Investments – New Economy

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2. O BRASIL, SUA REGULAÇÃO ECONÔMICA E A ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL: INOVAÇÕES E INTERPRETAÇÕES</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>2.1 ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.1.1 A evolução histórica do Estado e o seu papel na ordem econômica internacional	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.1.2 Investimentos estrangeiros e a ordem econômica internacional	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>2.2 A REGULAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA E A INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.2.1 A Constituição econômica brasileira.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.2.2 O papel do Estado brasileiro na economia .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>2.3 CONCEITOS SOBRE A NOVA ECONOMIA, DIREITO E INOVAÇÃO</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.3.1 A nova economia e consequências para o direito: inovação e tecnologia versus planejamento e intervenção .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.3.2 Conflitos entre a globalização, a inovação tecnológica a interpretação histórica da legislação brasileira .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>3. A REGULAÇÃO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO BRASIL E A NOVA ECONOMIA .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>3.1 A ESTRUTURA REGULATÓRIA DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO VIGENTE NO BRASIL .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.1.1 Conceitos sobre a regulação do investimento estrangeiro no Brasil	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.1.2 Regulamentações, casos e instituições sobre o investimento estrangeiro no Brasil	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
a) Propriedade sobre terra e arrendamento por estrangeiros, bem como consequências bancárias.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
b) Assistência à saúde .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
c) Comunicação social .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
d) Recursos mineiras e potencias de energia hidráulica ..	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
e) Transportes .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
f) Segurança privada .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
g) Setor financeiro .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
h) Financiamento de empresas de capital estrangeiro por bancos públicos e o alto interesse nacional na discricionariedade do Poder Executivo	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
i) Das instituições, segurança jurídica e credibilidade.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
i) Considerações preliminares sobre o sistema regulatória ora incidente sobre investimentos estrangeiros no Brasil .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>3.2 A REGULAÇÃO DA NOVA ECONOMIA NO BRASIL.</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>

3.2.1 A nova economia globalizada e o papel do Estado brasileiro na regulação e atração de investimentos estrangeiros .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.2.2 Aspectos regulatórios da nova economia no Brasil .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
a) O caso Uber .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
b) O Marco Civil da Internet e a regulação da nova economia	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>4. O INTERESSE NACIONAL NA REGULAÇÃO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO BRASIL .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
4.1 ELEMENTOS PARA A ATUALIZAÇÃO DO CONCEITO JURÍDICO DE INTERESSE NACIONAL .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
4.1.1 Interesse nacional na regulação de investimentos estrangeiros: a construção da interpretação jurídica brasileira vigente, teoria da escolha pública e críticas	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
4.1.2 Breves considerações sobre diferentes conceitos de interesse nacional e o papel do desenvolvimento econômico nesse contexto.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
4.2 PROPOSTA DE CONCEITUAÇÃO DE INTERESSE NACIONAL PARA REGULAÇÃO DOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIRO NO BRASIL E A NOVA ECONOMIA.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
4.2.1 Conceitos e construções para uma proposta de interesse nacional atualizada	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
4.2.2 Por uma proposta brasileira atualizada de interesse nacional que concilia a nova economia e a Constituição Federal .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>



## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da premissa que não existem palavras inúteis na Constituição, e que quando esta estabelece que as leis disciplinam os investimentos de capital estrangeiro com base no interesse nacional este conceito jurídico deve ser estudado com profundidade para ofertar respostas sociais e jurídicas pertinentes. Fazemos um recorte nesse estudo para definirmos o que é interesse nacional no âmbito da nova economia que surge, buscando definições para o papel do Estado brasileiro enquanto agente que deve fomentar a inovação ao mesmo tempo que procuramos conciliar esse novo mundo que exsurge dos fatos com os anseios individuais e da sociedade, também cristalizados constitucionalmente. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é construir contribuições para a definição do conceito de interesse nacional que sirva de base para regular o investimento estrangeiro na nova economia em um âmbito de Estado democrático brasileiro com uma Constituição Federal que deve ser interpretada e compreendida ao mesmo tempo em que concilia demandas de diferentes pessoas e grupos. Este texto é também fruto de uma inquietação sobre os rumos do Brasil e o papel do Estado na conciliação entre essa economia de base inovadora e a Constituição pátria, em um contexto que parece exigir mudanças institucionais importantes na tradição político-jurídica do país.

Para essa jornada, iniciamos o primeiro tópico com um estudo histórico sobre a evolução do papel do Estado na ordem econômica internacional. Dos clãs até as organizações supranacionais, o papel do Estado teve evoluções importantes ao longo da história. Noções caras à natureza do Estado, como soberania, tem sido desafiadas por outros agentes públicos, como as uniões entre nações, bem como há perceptível crescimento da relevância dos agentes privados nas relações internacionais seja pelo papel das empresas transnacionais na estrutura econômica global, seja pelo desenvolvimento da fortificação de princípios que exigem respeito aos direitos humanos, em especial a dignidade humana, e que trazem consigo seu próprio conjunto de dificuldades emanadas desses novos fenômenos.

Subsequentemente, apresentamos uma introdução a um dos temas mais relevantes da ordem econômica internacional: os investimentos estrangeiros. Em um cenário de globalização e rápida evolução tecnológica, mudanças sociais decorrentes desse cenário afetam o papel do Estado. Segundo a UNCTAD, este mercado movimenta mais de um trilhão de dólares anualmente, nessa operação que é a relação empresarial internacional que mais exige dos agentes envolvidos porque se trata de uma relação contínua entre os Estados, os empresários, os funcionários, os clientes e todos os demais envolvidos. No caso brasileiro, os

investimentos estrangeiros envolvem dezenas de bilhões de dólares (reais, yuans, euros, etc), o que demonstra a importância do assunto para a economia nacional. Ainda, a nova economia que surge afeta os investimentos estrangeiros diretos, posto que a tecnologia embarcada gera consequências no mercado mas também na relação entre os envolvidos, o que motiva esse recorte mais atento às organizações exponenciais, economia de compartilhamento e indústria 4.0, fenômenos dessa nova economia. Para nossa pesquisa, adotamos que a nova economia é o conjunto de esforços que visa transformar as indústrias da economia do século XX em atividades mais eficientes utilizando intensivamente para tanto tecnologias de comunicação, transmissão de dados e uso destes, alicerçadas na internet, que automatizem processos e cadeias produtivas, ainda que parcialmente, em especial nas atividades repetitivas que tradicionalmente usam mão-de-obra pouco qualificada e que podem ser substituídas por tecnologias com capacidade de auto-aprendizagem e tomada de decisão via algoritmos.

Na sequência, adentramos no tema Brasil. Toda a estrutura econômica brasileira da regulação econômica tem como norte a Constituição Federal. Temos na Carta Magna diversas disposições que afetam a economia, inclusive diretamente o tema dos investimentos estrangeiros, seja por outorga de monopólios em alguns mercados, seja por restrições ou facilitações, seja pela apresentação de princípios e de objetivos constitucionais, incluindo aqui a forma e a competência sobre as leis pertinentes ao tema.

No Brasil não basta uma simples leitura da Constituição e da regulação, se fazendo necessário compreender ao longo da história a evolução do papel do Estado, bem como suas relações. A Constituição impõe uma série de regras, assegura uma série de princípios, mas tem uma textura aberta à interpretação. Por causa disso, a tradição jurídica da interpretação e da regulação econômica é relevante objeto de estudo. O papel do Estado na economia enseja e/ou permite interpretações, e enfrentaremos temas espinhosos, contrapondo diferentes visões entre o que cabe, e como, ao Estado fazer para que a regulação do desenvolvimento gere uma sociedade livre, justa e solidária. Entendemos ainda que o Estado brasileiro não é contrário ao investimento estrangeiro, mas que tem regulações que oscilam no tema, a nosso ver, por meio de uma tradição de centralização da decisão econômica nas mãos das autoridades públicas e no interesse destes e dos grupos de interesses que os cercam. Ainda, somente construções históricas permitem compreender como ainda é dominante da doutrina brasileira ideias como “permissões fracas” para a discriminação ao capital estrangeiro em sede de legislação infraconstitucional ao mesmo tempo em que há um dever constitucional expresso de não discriminar estrangeiros, por exemplo. Essa evolução permite compreender mais adequadamente como se dá a interpretação jurídica de conceitos abertos e nos dá espaço para

contrapor críticas a alguns temas que nos parecem importantes para a evolução da regulação que será necessário para os avanços propostos quanto a nova economia de base inovadora.

Essa nova economia é ponto central do terceiro item dessa primeira parte. A relação com os investimentos estrangeiros sempre exigiu um relacionamento complexo entre os envolvidos, mas a aceleração das relações que decorrem dessa nova economia, cuja capacidade tecnológica mitiga o impacto das distâncias geográficas traz consequências jurídicas muito relevantes. Ademais, apresentaremos nesse tópico importantes alterações sociológicas e administrativas dessa nova economia que afetam o âmbito jurídico e que estão contrapondo o *status quo* de algumas empresas importantes com a capacidade de inovação de novos agentes do mercado, especialmente quando o fomento desta e da absorção de tecnologias se estabelece enquanto dever constitucional.

Essa globalização e essa inovação por vezes se confrontam com a interpretação jurídica brasileira (e em outros muitos países). Vemos que há conflitos importantes na forma como a livre concorrência, a livre iniciativa e outros importantes princípios são interpretados quando as consequências jurídicas dessas interpretações afetam importantes agentes do mercado e da política nacional.

Essa primeira parte busca estabelecer as premissas do estudo: a compreensão do papel do Estado na ordem econômica internacional, e em especial papel do Estado em relação aos investimentos estrangeiros, a estrutura regulatória econômica do Brasil e a evolução histórica da interpretação jurídica dessa regulação do papel do Estado, bem como explicar as bases da nova economia e apresentar espaços de conflitos entre estes novos fenômenos econômicos e a tradição jurídica brasileira, bem como consequências sociais.

Na parcela subsequente adentramos em estudo mais aprofundado da regulação sobre os investimentos estrangeiros e a nova economia no Brasil. Iniciamos pela regulação dos investimentos estrangeiros, em entendimentos importantes ao tema, e depois a algumas áreas pormenorizadas inclusive na Constituição, bem como sobre quando esta abre expressamente para legislação infraconstitucional ofertar algumas respostas legislativas. Ressaltamos que todas as regulações infraconstitucionais, bem como o estabelecimento das práticas institucionais do país, devem respeitar o disposto constitucionalmente.

Dentro ainda dessa parcela de estudo, enfrentamos os temas da nova economia, que não é totalmente disciplinada no Brasil, em um primeiro momento com percepções mais amplas e relacionados a economia globalizada e atração de investimentos dentro desse contexto da nova economia, e em uma subdivisão do tema nova economia por meio de dois exemplos: o caso Uber, que foi o exemplo recente de regulação de maior comoção social da nova

economia no Brasil, sobre a possibilidade ou não desse tipo de empresa prestar serviços no país, e, posteriormente, sobre o Marco Civil da Internet, lei que regula o setor da internet que é base fundamental da nova economia.

Quando estudamos a regulação econômica do Brasil precisamos entender as instituições, os papéis do Estado e até de alguns pontos mais específicos como monopólios e subsídios de financiamento via bancos públicos. Esse contexto traz consequências sociológicas relevantes para o estudo, em especial no debate de como fomentar a inovação nas empresas, crucial para a nova economia e um novo dever do Estado. A nosso ver a nova economia estava exigindo do Brasil a construção de novos marcos regulatórios, e principalmente de novas interpretações jurídicas a alguns conceitos. A Emenda Constitucional n.º 85/2015 foi a positivação dessa mudança necessária, e assim exige um reajuste interpretativo em várias áreas da regulação econômica, inclusive na atualização do conceito de interesse nacional, objeto do capítulo final.

Depois de estabelecidas as premissas conceituais do Estado brasileiro e do papel de regulação econômica que este tem em um âmbito histórico, a inovação disruptiva que existe no mercado globalizado e altamente tecnológico, os aspectos regulatórios dos investimentos estrangeiros e da nova economia, abordaremos o objetivo fundamental deste trabalho, que é melhor compreender o que é interesse nacional.

Iniciamos esse ponto falando sobre temas que são muito relevantes para a construção do entendimento. Definimos como se estabelece “quem somos” para definir um interesse nacional, em um contexto de conflitos entre grupos de interesse que pressionam e influenciam o Estado, a teoria da escolha pública e os princípios jurídicos inerentes a construção desse conceito.

Partimos de uma hipótese: a tradição jurídico-política brasileira se estruturou de tal modo que o entendimento de interesse nacional se estabeleceu a partir da ideia proteger algumas empresas controladas por alguns nacionais, por vezes aliados com alguns grupos estrangeiros, com o objetivo de receber benefícios públicos e mitigar, quando não abolir, os efeitos da concorrência internacional para que estes grupos empresariais consigam liderar a economia nacional, gerando cenários nos quais foi possível a essas empresas garantir lucro mesmo sem gerar riqueza condizente para aquele grupo, ainda que para isso fosse necessários subsidiá-las pelo tesouro público, quer seja via regulação protetiva, taxaço e/ou financiamento com condições mais vantajosas que a média do mercado nacional e que isto afeta negativamente a capacidade de inovar das empresas brasileiras diante da nova economia. Nossa visão é crítica sobre o tema, mas a doutrina majoritária é favorável a essa perspectiva, entendendo que há

mais benefícios do que malefícios, em especial na proteção da indústria nacional. Interesse nacional é um conceito jurídico que tem elementos ambíguos e por vezes pouco transparentes; nos parece que, em especial no que tange a desenvolvimento econômico e tesouro público, a noção de interesse nacional “caso a caso” é incompatível com a transparência e a impessoalidade exigida da administração pública de adequada governança do século XXI. Sobre esta hipótese de interesse nacional, pretendemos apresentá-la como inadequada à nova economia, o que enseja espaço para a construção de um novo conceito.

Visitamos ainda experiências internacionais sobre o que seria o interesse nacional, em um viés de desenvolvimento econômico. Estas diferentes visões não podem ser transplantadas puramente, mas podem servir como inspiração para a construção de uma definição própria.

Apontamos que há essa tradição no Brasil de transformar interesse nacional em interesse circunstancial de grupos de nacionais a pretexto de bem comum. A Constituição exige dos operadores do direito que a regulação do investimento estrangeiro, inclusive dessa nova economia, seja disciplinada com base no interesse nacional. Pretendemos aqui analisar a Constituição brasileira como um todo para que interesse nacional seja compreendido como parcela importante da regulação econômica e como um escudo social, em especial pela preocupação que temos com os movimentos que buscarão onerar a sociedade em benefício de alguns grupos que sejam ameaçados pela inovação, que deve ser protegida nos recentes termos constitucionais.

Ademais, partimos de que é possível a mutação constitucional de conceitos com texturas abertas e que este é um processo lícito e por vezes, como a nosso ver nesse caso, oportuno. Subsequentemente, partimos para a construção de uma proposta que contribua para atualização da interpretação jurídica do conceito de interesse nacional, a partir da perspectiva de que este deve ser feito em benefícios de todos os nacionais, sem discriminar os estrangeiros, e não por simples altruísmo, mas inclusive porque isto beneficia a sociedade, de modo transparente, responsável fiscalmente, que promova a inovação, conciliando o desenvolvimento da nova economia com os princípios democráticos e com a noção de que o desenvolvimento econômico precisa estar conectado com a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, embora saibamos que este é um entendimento em aberto na doutrina que ora disputamos. Esse estudo se justifica principalmente porque se construirmos uma definição satisfatória de interesse nacional para regulação dos investimentos estrangeiros, devido à estrutura constitucional, poderemos dar ou negar constitucionalidade a uma série de regramentos econômicos infraconstitucionais, que a nosso ver surgirão como força de oposição ao desenvolvimento econômico em defesa do *status quo* de alguns agentes

econômicos. Nesse sentido, utilizamos para tanto uma revisitação de parcela atinente da interpretação da estrutura constitucional, visando ofertar maior liberdade aos indivíduos, obedecer princípios consagrados e atentar a novas exigências expressas, reduzir a lesividade de arbitrariedades de autoridades públicas para a consecução dos objetivos constitucionais, em um recorte da disciplina do investimento estrangeiro dessa nova economia no Brasil.

Temos, portanto três grandes tópicos nessa dissertação após esta introdução: um começo compilando premissas, denominado item 2 cujo título é O BRASIL, SUA REGULAÇÃO ECONÔMICA E A ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL: INOVAÇÕES E INTERPRETAÇÕES, versando sobre o papel do Estado e a atração de investimentos estrangeiros, a regulação econômica do país e sua tradição de interpretação das normas que afetam a economia e as bases da nova economia; subsequentemente, o item 3, nomeado: A REGULAÇÃO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO BRASIL E A NOVA ECONOMIA, enfrentando as legislações constitucionais, infraconstitucionais, as instituições e exemplos importantes da regulação sobre o investimento estrangeiro internalizado no Brasil; e, após, o item 4, titulado O INTERESSE NACIONAL NA REGULAÇÃO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO BRASIL, no qual adentramos no tema do conceito jurídico que deve servir de base para a regulação do investimento estrangeiro, propondo uma visão deste para a nova economia.

Para que o estudo seja concretizado, buscamos desde autores clássicos até matérias jornalísticas recentes porque o mercado dinâmico exige contemporaneidade na pesquisa; visitamos os estudos de autoridades públicas, ex e atuais ministros, com atuação nos tribunais e na atividade executiva e legislatória do país, assim como bebemos em fontes estrangeiras; trazemos decisões judiciais e alguns dados econômicos sem perder de vista elementos fundamentais da teoria do direito, compondo em nossa metodologia a visita aos clássicos mas com um viés interdisciplinar e das práticas de mercado, para que ao fim consigamos, sem ser necessariamente definitivos mas esperançosos de em alguma maneira contributivos, estabelecer um debate sobre um conceito constitucional cujo estudo pode ajudar a criarmos novas respostas jurídicas a novas exigências sociais bem como consagrar objetivos constitucionais. Ao término, apresentamos nossas considerações que buscam conciliar o interesse nacional, a Constituição e a regulação dos investimentos estrangeiros com a nova economia e a difusão dos efeitos positivos que esta pode proporcionar aos indivíduos para a consecução do objetivo de termos de uma sociedade mais livre, justa e solidária.